



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7823 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

ENSINO REMOTO: EDUCAÇÃO BÁSICA É RESISTÊNCIA

Janaína de Lima Nascimento - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Geisa Gabrielle Santos - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Elizângela Alves de Oliveira Pereira - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

ENSINO REMOTO: EDUCAÇÃO BÁSICA É RESISTÊNCIA

Palavra-chave: Educação básica. Ensino remoto. Formação docente.

1 INTRODUÇÃO

O contexto pandêmico, atual, vivenciado em todo o mundo, especificamente no Brasil e no município de Juazeiro-BA, vem lançar luz sobre como a Educação Básica no país vem resistindo a todas as tentativas de desqualificá-la com o sucateamento das suas estruturas físicas, de qualificação docente, bem como de investimentos respectivamente. Uma vez que não teve nenhuma regulamentação advinda do Governo Federal. Ainda nesse contexto vem clarificar as dificuldades em desenvolver uma educação de qualidade junto aos educandos em vulnerabilidade sociofamiliar e econômico. Apesar dos entraves já expostos a Educação Básica assume uma nova configuração ao fazer uso do ensino remoto emergencial.

Para tanto este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa que teve como campo de pesquisa a Rede Municipal de Educação de Juazeiro-BA, o objetivo geral foi apresentar as estratégias experienciadas pela rede pública municipal de Juazeiro-BA, para atender alunos da educação básica com o ensino remoto emergencial, assim como evidenciar as fragilidades na formação docente nesse seguimento e a falta de conhecimento por parte da família do seu papel enquanto corresponsável pela educação dos seus filhos e também a dificuldade para auxiliá-los nesse processo.

Para alcançarmos tais objetivos este trabalho teve como percurso metodológico as práticas de ensino desenvolvidas na Rede pública de Juazeiro-BA, na educação básica com o ensino remoto, assim como autores que discutem sobre formação docente, o protagonismo da família e as influências econômicas na aplicabilidade do ensino remoto. Para atender as especificidades do trabalho científico o texto foi dividido em introdução, desenvolvimento trazendo as discussões sobre a formação continuada docente, os fatores econômicos para o desenvolvimento do ensino remoto, a fraquezas das famílias para lidarem com a mediação da educação dos filhos em casa e o conceito de ensino remoto. Com isso considera-se que a educação no município de Juazeiro-BA, ressignificou as práticas pedagógicas na educação

básica com o uso do ensino remoto e as ações realizadas pela Rede, bem como pôs em evidência a interdependência dos agentes responsáveis pela socialização da educação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Ensino remoto emergencial, contexto histórico

Para fins de entendimento e contextualização, esboça-se um quadro conceitual sobre ensino remoto emergencial e suas relações com as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo sistema de Ensino municipal de Juazeiro-BA. Assim, parte-se da ideia de planejamento estratégico emergencial elaborado pela (MORAIS, e col, 2020), que diz que, em uma situação de emergência faz-se necessário que se busque desenvolver ações que levem a uma resposta rápida, eficaz que atendam determinada demanda urgente. Assim, vale ressaltar que ensino remoto emergencial difere de educação a distância. Uma vez que educação a distância possui legislação própria e existe no Brasil desde 1930, enquanto que o ensino remoto emergencial não tem legislação própria e no Brasil foi adotado em consequência da pandemia do novo Coronavírus - COVID – 19.

Outras diferenças entre a educação a distância e o ensino remoto, se dá no campo da formação docente, enquanto o ensino remoto emergencial a priori não necessita de formação, na educação a distância faz-se necessário que o professor tenha qualificação específica para este ambiente de aprendizagem virtual. Diante da ausência dos conhecimentos necessários para lidar com a educação remota emergencial digital, atualmente, este contexto expõe uma lacuna na formação docente em relação ao uso das tecnologias de informação e comunicações digitais, tal lacuna contraria a competência número 5 (cultura digital), presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2016), justifica-se para tanto a necessidade de uma formação inicial e continuada do professor para tal finalidade.

Sendo assim, ensino remoto emergencial segundo (MORAIS, e col, 2020), possibilita ao professor fazer uso de plataformas que já existem e são gratuitas e que tem outras finalidades distintas da educação, desse modo o professor pode utilizar dispositivos e valer-se de novas práticas que o auxiliem com o ensino das suas disciplinas. Ficando a cargo do próprio professor os desenvolvimentos de estratégias e habilidades que permitam a variabilidade dos mesmos. Conforme (JOYCE, MOREIRA E ROCHA, 2020) “educação remota diz respeito ao uso de diferentes recursos para ensinar e também para a produção de atividades totalmente longínquas, a exemplo das videoaulas veiculadas por meio da internet ou da televisão”. A Rede Municipal de Educação de Juazeiro-BA, por exemplo, criou o Portal da Educação, Aula em Rede, transmitindo videoaulas por meio do canal YouTube, para além disso os professores da Rede, abraçaram as redes sociais e outros aplicativos.

2.2 Ensino Remoto e a precarização da formação docente

O ensino remoto expôs muitas fragilidades já existentes nas práticas educativas, dentre estas a precária formação docente. No entanto, evidenciou também a capacidade dos professores, mesmo não tendo uma formação adequada, de ressignificarem as suas práticas pedagógicas em salas de aula virtuais. Sobre as fragilidades na formação docente (PIMENTA, 1996), pontua que “faz necessário que se repense a formação inicial e contínua dos docentes, pois a formação inicial destes, revela que os currículos e as atividades propostas nos cursos de formação estão fora dos contextos escolares”. Evidenciam mais as questões burocráticas e não contemplam a diversidade de questões contraditórias presentes na ação de educar. Desse modo pouco contribui para o nascimento de uma nova identidade do docente enquanto profissional da educação.

Assim percebe-se que o docente ao sair do curso inicial, ele não sai pronto e acabado, apenas

cumpriu uma etapa da sua formação, que perpassa pelo interesse curricular da instituição e que esta, não é suficiente para que ele assuma uma identidade docente. Ainda sobre identidade docente (NOVOA, 1992) pontua que a “identidade se configura como um processo em construção de maneiras de ser e estar na profissão”.

Nesse sentido, ANASTASIOU e PIMENTA, (2002) acrescentam:

A profissão de professor exige de seus profissionais alteração, flexibilidade, imprevisibilidade. Não há modelos ou experiências modelares a serem aplicadas. A experiência acumulada serve apenas de referência, nunca de padrão de ações com segurança de sucesso. Assim, o processo de reflexão [...] é a base para a sistematização de possíveis ações, e nunca de modelos. Assim a formação continuada deve ser pensada e refletida do ponto de vista da real necessidade pedagógica e didática dos sujeitos desta práxis, para que esta não se transforme em meras ações burocráticas como na formação inicial. (ANASTASIOU e PIMENTA, 2002, p.199).

Sobre as alterações exigidas na profissão docente, o ensino remoto emergencial, desvelou toda flexibilidade e imprevisibilidade, do novo jeito de ensinar dos profissionais docentes. A urgência de ensinar a todo modo, fez com que profissionais docentes resistissem às dificuldades e lacunas deixadas pelo processo de formação inicial e continuada, bem como provocou nos docentes a necessidade da busca pela autoformação. Com isso, muitos tiveram que reaprender a ação de ensinar, ou seja, aprenderam a aprender.

2.3 Ensino remoto e a desigualdade econômico-social na educação básica

As fragilidades evidenciadas nas práticas de ensino, os fatores de ordem social e econômica, manifestam-se fortemente nesse período de pandemia como entrave para o desenvolvimento e aplicabilidade do ensino remoto no país. Revela a dura realidade da desigualdade social, a exclusão digital e a precária oferta de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação digitais. De acordo com uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Datafolha a pedido do Itaú Social e da Fundação Lemann (BRASIL, 2020), existe uma discrepância no acesso à internet nas regiões brasileiras. A pesquisa evidenciou que 41%, das famílias entrevistadas declararam não ter internet banda larga. Isso se agrava consideravelmente quando são analisadas nas regiões Norte e Nordeste, chegam a 63% e 47%, respectivamente.

O acesso deficitário a tecnologia digital, estabelece uma divisão na comunidade escolar em quem pode estudar e quem não pode estudar, uma vez que a grande maioria dos estudantes não dispõem, nem de aparelhos tecnológicos digitais, tampouco, de internet, isso impossibilita o processo democrático de ensino e aprendizagem, indo de encontro ao que garante a Constituição Federal no Art. 205, que versa sobre a educação como direito de todos. Pensando nisso a rede municipal de Juazeiro-BA, desenvolveu estratégias de ensino que viabilizam o acesso à educação dos alunos que não dispõem de tecnologias digitais e internet em suas casas.

Dessa forma a Secretaria de Educação do já referido município, estabeleceu uma parceria com as famílias desses alunos ao realizar o “Projeto Aula Itinerante em Rede,” onde as equipes das unidades escolares planejaram atividades das diferentes áreas do conhecimento, organizadas através de blocos e foram entregues nas residências de cada aluno. Junto com os blocos de atividades, houve a preocupação, por parte das unidades escolares, com o apoio dos professores e da Secretaria de Educação, de enviarem também material pedagógico como lápis, borrachas, alfabeto móvel, tabuadas, lápis de cor e giz de cera, jogos pedagógicos, cadernos, livros paradidáticos e didáticos, entre outros, na esperança de atender o maior número de alunos possível. Nessa perspectiva a esperança aqui ganhou sentido de esperar, pois como mostra Paulo Freire (1992):

[...] é preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo. (FREIRE, 1992, in, CABRAL, 2015, s.p.).

A Secretaria de Educação, assumindo um compromisso de respeitar e garantir a continuidade da oferta de ensino na educação básica, leva adiante as aulas itinerantes e outras ações para atender tal compromisso. Destacando-se de outros seguimentos, a exemplo da educação superior, que só em meados de agosto deste ano, articulou uma oferta de ensino remoto aos seus discentes. O trabalho colaborativo proposto por Freire, acima, só é possível mediante a integração família escola como sugere o Art. 205 da Constituição Federal, quando diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Sendo assim faz-necessário que as famílias conheçam qual o seu papel na educação dos filhos.

2.4 Ensino remoto e o protagonismo da família como mediadora do processo de ensino e aprendizagem

Atualmente as famílias assumem a educação dos filhos integralmente, de tal modo a tarefa de educar rompe com os muros das escolas e ocupa outros espaços. Diante desse “protagonismo” emergente das famílias com a educação dos seus filhos, surgem algumas inquietações que vem reforçar outras já existentes. Como as famílias que não tem conhecimento do seu papel na promoção da educação dos seus filhos estão lidando com a imposição da responsabilização do seu papel de fato? Quais as dificuldades encontradas pelas famílias para exercerem o papel de coautoras da educação dos filhos? Quem é responsável pelo acompanhamento da educação das crianças e jovens em casa? Uma vez que muitos pais e mães continuam trabalhando fora e outros estão em homeoffice. Como essas famílias organizam o tempo para uma rotina de estudos com os filhos? Será que as famílias dispõem de conhecimentos necessários para auxiliarem os filhos com as atividades enviadas pelas escolas?

Importante ressaltar que essas provocações não tem o intuito de emitir julgamento, mas sim de realizar uma leitura de papeis da família e da escola. Diante de tais questionamentos ressalta-se uma problemática lacunar, já existente na relação escola-família no que tange o acompanhamento da aprendizagem dos alunos por parte de seus responsáveis, tal acompanhamento contribui significativamente no sucesso ou fracasso escolar como salienta Maria Salomon, (2001), ao analisar a literatura francesa, a autora identificou pesquisas que evidenciaram que “o envolvimento dos pais na educação dos filhos, resulta em um melhor desempenho escolar destes, pois eles, os filhos, tentam corresponder aos anseios dos pais com isso melhoram os seus resultados”.

Em resposta ao questionamento sobre os conhecimentos necessários das famílias para auxiliarem os filhos com as atividades advindas das escolas, pode-se dizer que compreendendo que muitas famílias não possuem tais conhecimentos, as unidades escolares, planejaram atividades conforme o nível de compreensão de cada aluno, assim como criou um cronograma de recebimento dessas atividades para possíveis intervenções pedagógicas feitas pelos docentes. No entanto a falta de conhecimento pelas famílias, não implica em um resultado negativo como pondera Bernard Lahire (1997):

[...] através de uma presença constante, um apoio moral ou afetivo estável a todo

instante, a família pode acompanhar a escolaridade da criança de alguma forma [...]. Neste caso, a intervenção positiva das famílias, do ponto de vista das práticas escolares, não está voltada essencialmente ao domínio escolar, mas a domínios periféricos (LAHIRE, 1997, p.26).

Isso significa dizer que não é a detenção do conhecimento conteudista e pedagógico por parte das famílias que interfere positivamente no desempenho dos alunos, contraditório a isso, a total ausência de acompanhamento é que se configura fator determinante para o sucesso ou fracasso escolar. Sobre o sucesso ou fracasso, compartilha-se da ideia de Soares (1989) quando coloca que: “Os alunos não fracassam pela falta de dom ou aptidão, mas pela pobreza do seu meio econômico e cultural que resulta em carência de estimulação perceptiva, sensorial, deficiências afetivas, cognitivas e linguísticas”.

Diante disso, como essas famílias organizam a rotina de estudos dos seus filhos? Em atenção a esse novo contexto pandêmico e com o ensino remoto as escolas em consonância com as famílias desenvolveram planejamentos de rotinas flexíveis, por meio de roteiros enviados via grupos de compartilhamento ou impressos, junto com as atividades itinerantes, para aqueles que não tem acesso à internet. Com isso a responsabilidade de acompanhar os filhos na maioria das vezes recai sobre as mães. Muito embora isso não seja negativo, pois a forte presença materna no acompanhamento das atividades escolares contribui para o sucesso dos filhos como afirma Salomon (2001), “todavia, esse paradigma, precisa ser rompido, uma vez que ele evidencia os resquícios de uma sociedade patriarcal e machista”.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto considera-se que a educação no município de Juazeiro-BA, ressignificou as práticas pedagógicas na educação básica com o uso do ensino remoto e as ações realizadas pela rede, bem como pôs em evidência a interdependência dos agentes responsáveis pela socialização da educação. Ainda que a escola muitas vezes, enfrenta a negação, por parte das famílias, do seu dever de desempenhar o papel de agente, também responsável pela educação dos filhos. Mostra disso são os relatos oriundos de algumas famílias como a negação do recebimento e devolutivas das atividades, no caso do projeto “Aula Itinerante em Rede,” A indisponibilização dos aparelhos celulares para que os filhos assistam as videoaulas, aqui nós temos duas vertentes: a primeira é quando a família só detém um aparelho celular em casa e a segunda é quando a família tem o aparelho, mas não disponibiliza para criança como ferramenta pedagógica, neste último caso, fica claro a negação do papel da família em relação a educação dos filhos.

Considera-se também, os relatos positivos em relação as ações desenvolvidas pelos sujeitos cognoscentes (professores, alunos, pais e comunidade escolar em geral) ao reinventarem as suas práticas de ensinar e aprender como as gravações de videoaulas e uso de aplicativos diversos pelos professores, resultado da autoformação emergente e a produção do conhecimento com o uso das tecnologias digitais, (leituras, produções de vídeos, produções de textos, experimentos científicos e o envolvimento dos alunos nas aulas remotas virtuais). Assim como o engajamento de algumas famílias na mediação do desenvolvimento das atividades propostas e da comunidade na distribuição das atividades itinerantes.

Outo ponto positivo a considerar é o papel dos/as coordenadores/as Pedagógicos/as com os encontros formações on-line com os professores, mostrando com isso a capacidade dos mesmos de ressignificarem a sua função e as possibilidade do fazer docente nesse contexto. As equipes gestoras da Rede Municipal de Juazeiro-BA, se mobilizaram em prol de reelaborar os planejamentos estratégicos e os seus planos de ações no sentido de contemplarem as demandas de suas unidades escolares. Destarte, percebe-se como a educação básica pública vem resistindo e se reinventando para atender as inéditas demandas, advindas

do atual contexto de pandemia do novo Coronavírus – COVID-19.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**, 2016, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 20 de ago. de 2020, 21:14:39.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp>. Acesso em 29 ago. 2020, 20:25:50.

CABRAL, Gladir. A esperança audaz: a pedagogia de Paulo Freire. *In: Ultimato*. mar./abr. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra. 2014.

JOYE, CR, Moreira, MM & Rocha, SSD. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. *In: Research, Society and Development*, 2020. Disponível em: <<http://www.uece.br/ppccelis/wp-content/uploads/sites/55/2020/08/Artigo-1-2.pdf>>. Acesso em 01 set. 2020, 20:23:20.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares - As razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; GARCIA, Tânia Cristina Meira; RÊGO, Maria Carmem Freire Diógenes; ZAROS, Lilian Giotto; GOMES, Apuena Vieira. **Ensino remoto emergencial: orientações básicas para elaboração do plano de aula**. Curso de Educação A Distância, SEDIS-UFRN, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br>>. Acesso em: 31 ago. 2020, 19:15:20.

NÓVOA, António(Org.). Os professores e as histórias da sua vida. *In: Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992, p. 11-30.

RADIO AGENCIA NACIONAL, Ensino a distância aumenta desigualdade socioeconômica entre estudantes, revela pesquisa, 2020, disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/educacao/audio/2020-06/ensino-distancia-aumenta-desigualdade-socioeconomica-entre-estudantes-revela/>> Acesso em 15 de ago. de 2020, 20:28:40.

SALOMON, Maria L. O. Alguns mecanismos de produção de percursos escolares acidentados nos meios sociais favorecidos. **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2001.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1989.

PIMENTA, S.G. **Formação de professores: Identidade e saberes da docência**. *In: PIMENTA, S.G. (Org.) Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.